



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0009536-98.2014.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
Requerente: **Julio Zago**
Requerido: **Telefônica Brasil S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou ser titular de linha telefônica junto à ré, a qual há alguns meses deixou de funcionar, de sorte que almeja à sua condenação para solucionar esse problema.

A preliminar arguida em contestação pela ré não merece acolhimento porque a solução da lide prescinde da realização de perícia, como adiante se verá.

Rejeito-a, pois.

No mérito, a ré em contestação esclareceu que realizou a transferência de tecnologia para a prestação dos serviços contratados e que a linha estaria ativa (fl. 24).

Assim posta a discussão travada, foi determinada a expedição de mandado de constatação para verificação da situação atual da linha em apreço (fl. 85), apurando-se então que ela não está em regular funcionamento porque não faz e tampouco recebe ligações (fl. 89).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Essa conclusão não foi contrariada por elementos consistentes e o argumento de que o autor não teria recebido um aparelho telefônico enviado pela ré (ressalvo que no último parágrafo de fl. 24 ela assinalara que o autor "*certamente*" já teria recebido o telefone em comodato), expendido a fls. 96/98, não a beneficia porque era sua obrigação diligenciar a entrega necessária para a normalização dos serviços a seu cargo.

O quadro delineado conduz ao acolhimento da pretensão deduzida, incumbindo à ré a imediata resolução do problema trazido à colação, até porque agora já tem ciência do endereço do autor (cf. fls. 01 e 89).

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré ao cumprimento de obrigação de fazer consistente em solucionar o problema tratado nos autos junto à linha telefônica do autor, a fim de que ela volte a fazer e receber chamadas.

Fixo o prazo máximo de dez dias para tanto, sob pena de multa diária de R\$ 200,00 (duzentos reais).

Independentemente do trânsito em julgado da presente, intime-se a ré pessoalmente para cumprimento (Súmula nº 410 do Superior Tribunal de Justiça).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.
P.R.I.

São Carlos, 24 de fevereiro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**